

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA

ANA LUISA DA SILVA RUBEM

A FRAUDE DISCURSIVA POR TRÁS DAS TRÊS CARTAS DO DESCOBRIMENTO DO
BRASIL

Tabatinga-AM

2024

ANA LUISA DA SILVA RUBEM

A FRAUDE DISCURSIVA POR TRÁS DAS TRÊS CARTAS DO DESCOBRIMENTO DO
BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado do Amazonas como
requisito parcial para obtenção de título de
licenciatura.

Orientador(a): Valter Luciano Gonçalves Villar.

Tabatinga-AM

2024



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA - CESTB CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 13 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro (13/12/2024), precisamente às 16:00 horas, na sala nº08, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-CESTB, localizado à Avenida da Amizade, 74 Centro, no município de Tabatinga/AM, em consonância com o que diz o Projeto Político Pedagógico - Regulamento do TCC (Curso de Letras – Língua Portuguesa), reuniram-se os professores para avaliar o **Artigo – TCC** intitulado **“A Fraude Discursiva por detrás das Cartas do Descobrimento do Brasil”** elaborado pela Acadêmica **ANA LUÍSA DA SILVA RUBEM**, sob a orientação do **Prof.Dr. Valter Luciano Gonçalves Villar** (Presidente da Banca), o qual foi avaliado pelos **Prof. Dr. Favianni da Silva (Av.1)** e **Prof. Dr. Fabrício Leal de Souza (Av.2)**, que fazem parte da comissão de avaliação, conforme composição transcrita abaixo, bem como a avaliação final da apresentação.

ACADÊMICA	NOTAS DOS AVALIADORES		Nota final
	Aval. 1	Aval. 2	
Ana Luísa da Silva Rubem	9,0	9,0	

Ana Luísa da Silva Rubem

Ana Luísa da Silva Rubem - Acadêmica

[Signature]
Prof.Dr. Valter Luciano Gonçalves Villar - Orientador

Favianni da Silva

Prof.Dr. Favianni da Silva - Avaliador 1

[Signature]
Prof.Dr. Fabrício Leal de Souza - Avaliador 2

AGRADECIMENTOS

Desejo expor gratidão à espiritualidade que me guiou em cada passo até aqui e pôs em meu caminho pessoas de caloroso coração como minha tia Terezinha Barroso que pela falta de minha mãe tentou ao máximo suprir toda falta materna existente, minha namorada Layanne Novoa que com a paciência de uma Deusa não permitiu que eu sucumbisse à ansiedade, ao meu orientador Valter Villar que com orientações regadas de chocolate amargo e farofa de camarão tornou minha jornada mais prazerosa e leve possível, e à professora Gabriela Fernandes que muitas vezes me acolheu e me sensibilizou, fazendo-me ver a importância das minhas escolhas narrativas.

EPÍGRAFE

“Quando mostramos apenas uma história, tornamo-nos vítimas de uma história única.”

O Perigo de Uma História Única - Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

Este estudo buscou demonstrar as fraudes discursivas por trás das três cartas de apresentação e “descoberta” do Brasil. Com o objetivo geral de discutir sobre as intenções europeias na terra brasileira, utilizamos fundamentações na Carta de Pero Vaz de Caminha, A Carta do Piloto Anônimo e a Carta do Mestre João Faras, com objetivos específicos de apontar quais as fraudes narrativas nos três textos e o que elas significam, explicar a que ponto esta farsa afeta a educação básica no nosso país e despertar nos leitores a consciência crítica pelo nacionalismo brasileiro, mostrando um olhar diferenciado de novas pesquisas. Nossa metodologia de estudo foi usar uma abordagem interdisciplinar, combinando uma análise textual das cartas com teorias da história, literatura e estudos atuais. Após nossas abordagens, nós concluímos que mesmo que este assunto seja debatido daqui a dez ou vinte anos, será atemporal para a busca por identidade nacional, pois como brasileiros na contemporaneidade ainda nos vemos rodeados de tudo o que envolve o mundo europeu, sem conseguir olhar e apreciar nossas verdadeiras raízes tradicionais. Tudo neste solo ainda ressoa o eurocentrismo enraizado, sendo da educação o papel crucial em descolonizar nossas mentes e nossos ideais dentro da sociedade onde vivemos.

RESUMEN

Este estudio pretendió demostrar el fraude discursivo de las tres cartas que introducen y «descubren» Brasil. Con el objetivo general de discutir las intenciones europeas en la tierra brasileña, utilizamos los fundamentos de la Carta de Pero Vaz de Caminha, La Carta del Piloto Anónimo y la Carta del Maestro João Faras, con los objetivos específicos de señalar los fraudes narrativos en los tres textos y lo que significan, explicar hasta qué punto esta farsa afecta a la educación básica en nuestro país y despertar en los lectores una conciencia crítica del nacionalismo brasileño, mostrando una visión diferente de la nueva investigación. Nuestra metodología de estudio consistió en utilizar un enfoque interdisciplinario, combinando el análisis textual de las cartas con teorías de la historia, la literatura y los estudios actuales. Después de nuestras aproximaciones, concluimos que aunque este tema sea debatido dentro de diez o veinte años, será intemporal para la búsqueda de la identidad nacional, porque como brasileños contemporáneos todavía nos encontramos rodeados de todo lo que rodea al mundo europeo, sin poder mirar y apreciar nuestras verdaderas raíces tradicionales. Todo en este suelo resuena todavía con un eurocentrismo muy arraigado, y la educación tiene un papel crucial que desempeñar para descolonizar nuestras mentes y nuestros ideales dentro de la sociedad en la que vivimos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - O que dizem as três cartas do descobrimento do Brasil	9
1.2 A carta de Pero Vaz de Caminha	9
1.3 A Carta do Piloto Anônimo	10
1.4 A Carta do mestre João Faras	11
1.5 As marcas textuais da fraude discursiva	12
CAPÍTULO II - O que dizem os livros de história do ensino fundamental e ensino médio	14
CAPÍTULO III- O que dizem as novas pesquisas	17
CONCLUSÃO.....	22
BIBLIOGRAFIA.....	23

INTRODUÇÃO

A história da miscigenação no Brasil inicia-se com a invasão dos europeus no século XVI, encontrando uma terra habitada por diversos povos indígenas. Esse contato entre europeus e indígenas, marcado pela colonização e exploração, estabeleceu as bases de um processo de miscigenação complexo e muitas vezes violento. A mistura étnica foi acentuada com a chegada de homens e mulheres africanas, tornadas escravas pelo mundo da cristandade, criando uma sociedade profundamente diversificada em termos étnicos e culturais. A ideologia da miscigenação, promovida no Brasil, ocultou frequentemente as realidades de desigualdade e opressão, dando origem ao mito da democracia racial, que sugeria uma harmonia racial inexistente.

Este processo teve consequências duradouras na identidade nacional brasileira, moldando aspectos como língua, cultura, e estruturas sociais, mas também perpetuando desigualdades e preconceitos raciais que persistem até hoje.

Quanto à metodologia, o presente trabalho se valeu de uma abordagem interdisciplinar, combinando análise textual das cartas com teorias da história, literatura e estudos atuais. Uma metodologia que procurou envolver análise crítica das cartas, colocando-as em contraste com registros históricos alternativos e pesquisas acadêmicas sobre o período do “descobrimento”.

Diante de todas essas contingências, procuramos compreender os fundamentos desse encontro. Para tanto, desenvolvemos o primeiro capítulo com o estudo e análises das três cartas do Descobrimento – Carta de Pero Vaz de Caminha, Carta do Piloto Anônimo e a Carta do Mestre João Faras -, com vistas a compreensão de algumas nuances históricas, especialmente aquelas pistas discursivas que se encontram nas cartas e contradizem a própria versão oficial da invasão de 1.500.

No segundo capítulo, apuramos o que os livros de História, distribuídos aos alunos do ensino básico das escolas públicas, retratam acerca desse momento, com vistas a entender se a versão oficial da história do “descobrimento” está sendo reproduzida ou problematizada.

No terceiro e último capítulo, fomos investigar o que as novas pesquisas falam a respeito, se valendo, para isso, das valiosas e fartas pesquisas publicadas pela historiadora espanhola Luisa Isabel Álvarez de Toledo, proprietária da maior biblioteca privada da Europa e descendentes de comerciantes que estiveram às voltas com aquelas histórias de viagens às Américas, incluindo, especialmente, as viagens de Cristovão Colombo.

Não bastasse isso, esse emaranhado de discursos que se produz em todos os segmentos da sociedade, questionaremos até que ponto o que se vê nas três Cartas do “Descobrimento” corresponde aos fatos históricos.

Ao final, tecemos nossas conclusões acerca dessa pesquisa, com vistas a entendermos o *status quo* da questão e quais caminhos poderemos traçar para que as pesquisas acerca desse episódio histórico, cheguem mais rápidas às salas de aulas de todas as escolas públicas do Brasil.

CAPÍTULO I - O que dizem as três cartas do descobrimento do Brasil

1.2 A carta de Pero Vaz de Caminha

As cartas do “descobrimento”, como ficaram conhecidas os três primeiros textos, escritos em língua portuguesa, são documentos que interessam a muitas áreas das Ciências Humanas, especialmente a História, e também da área de Linguística, Letras e Artes.

Esse interesse é proveniente da necessidade de todo estudante de Letras conhecer os fundamentos literários de cultura brasileira, sejam eles especificamente literários ou não, como é o caso das três primeiras cartas e das impressões dos primeiros colonos que aqui estiveram, a exemplo de Gabriel Soares de Souza e Pero de Magalhães Gândavo, bem como de alguns viajantes, como Hans Staden.

Interessa também saber a extensão do projeto colonialista e seus desdobramentos para constituição de uma possível identidade nacional. Isso, claro, direciona o estudante para esses textos, com a finalidade de tentar compreender as representações do encontro entre o “mundo novo” e o “mundo velho”; compreender as imagens criadas sobre os indígenas, os negros e os brancos daquele período; compreender as representações da natureza e do espaço desse pedaço de chão, que posteriormente denominou-se Brasil.

Deste modo, a partir desses de fundação da cultura brasileira, tentamos empreender uma reflexão ética e estética que nos possibilite alcançar uma base de reflexão social, histórica, cultural e política do povo que se assenta na nação brasileira.

Em nossas reflexões históricas, procuramos ver, inicialmente, as informações e implicações da Carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Alvarez Cabral, que aportou no então continente, com a finalidade de aqui tomar posse de vastas extensões territoriais, conforme podemos aferir de seus escritos ao rei Dom Manuel I, onde o escrivão se dirige ao rei, como um verdadeiro proprietário de terras que havia acabado de “achar”, portanto, sem dono, sem proprietário:

“[...] assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta na vegação se achou, não deixarei de dar disso minha conta a Vossa Alteza [...]” – (PEREIRA, 1999, p. 31)

Continuando suas primeiras impressões, detalha alguns aspectos da natureza do lugar onde encontrava, destacando os montes, os pássaros, as plantas e a forma das árvores de forma detalhada para, logo depois, desenhar, de forma minuciosa as características dos povos nativos

que ali se mostravam, enfatizando de forma repetitiva as partes íntimas daqueles, suas armas, feições e demais pormenores.

Após analisar as características dos povos nativos e também da terra, os navegadores iniciaram as primeiras trocas materiais com os indígenas, numa tentativa de estabelecer comunicação, o que parece, terem logrado sucesso, pois em seguida enviaram um mancebo degredado para ficar com os indígenas, a fim de que a criança conseguisse se comunicar com os povos nativos e aprendesse com eles, quais eram seus costumes e como viviam.

Depois, efetuaram alguns rituais religiosos, como missas e pregações, pescaram, investigaram se haveria ouro nessas terras e, para comprovar a veracidade de suas afirmações, decidiram levar alguns objetos, recolhidos durante as primeiras trocas com os nativos, bem como dois indígenas, à presença do rei de Portugal, como prova da veracidade de seus relatos:

E tanto que comemos, vieram logo todos os capitães a esta nau, por ordem do Capitão-mor, com os quais ele se apartou, e eu na companhia. E perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para a melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que nós agora podíamos saber, por irmos de nossa viagem. E entre muitas falas que no caso se fizeram, foi por todos ou a maior parte dito que seria muito bem. E nisto concluíram. E tanto que a conclusão foi tomada, perguntou mais se lhes parecia bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui por eles outros dois destes degredados. (PEREIRA, 1999, p. 43).

Por fim, abasteceram as naus, com a ajuda dos indígenas e zarparam rumo a Índia, com objetivos de concluírem a viagem.

1.3 A Carta do Piloto Anônimo

A segunda carta do “descobrimento”, que poucos conhecem, especialmente no ensino básico, pois não encontramos nenhum livro que sequer faça referência a ela, escrita por um dos pilotos das navegações, que ficou conhecida como “Carta do Piloto Anônimo”, provavelmente um dos espiões dos mercadores de Veneza e de outras cidades italianas, interessados em saber o que os portugueses encontraram nessas terras, é mais conclusiva e realista que a Carta de Caminha, apesar de relatos semelhantes.

A realidade desta carta em relação à carta de Caminha é nítida. Um exemplo disso é o relato do envio de dois indígenas para Portugal, com vistas a comprovar a veracidade da empreitada comandada por Pedro Álvares Cabral. Se na carta de Caminha, o escrivão fala em

um certo acordo entre as partes, na carta do Piloto Anônimo temos a notícia do primeiro sequestro ocorrido nas terras brasileiras, senão vejamos:

E um dos nossos batéis foi até onde estes tais homens estavam e agarraram dois deles e levaram-nos ao Capitão para saber que gente era, e, como se disse, não se compreenderam, nem à fala nem por sinais. E naquela noite o Capitão reteve-os com ele.” (PEREIRA, 1999, p. 75)

Como se vê nesse e em outros momentos, o Piloto Anônimo narra os fatos com uma realidade mais próxima dos acontecimentos. Depois, faz uma observação explícita sobre o pão que os indígenas comiam, insinuando que os mesmos tem hábito alimentar semelhantes aos árabes, numa certa desconfiança acerca dos possíveis contatos estabelecido entre os nativos e os árabes:

“E alguns dos nossos foram à terra donde estes homens são, que seria a três milhas da costa do mar e compraram papagaios e uma raiz chamada inhame, que é o seu pão que comem os árabes.” (PEREIRA, 1999, p. 76)

Depois de relatar sobre alguns pormenores, como se disse, semelhante à Carta de Caminha, encerra seus escritos informando que retornariam para Portugal pelo cabo da Boa Esperança:

Ao outro dia, que foi o dia 2 de maio do dito ano, a armada fez-se de vela para a sua viagem para ir à volta do cabo da Boa Esperança, o qual caminho seria através do mar mais de 1.200 léguas, isto é, quatro milhas por légua e a 12 dias do dito mês, seguindo o nosso caminho, apareceu um cometa para as partes da Arábia, com uma cauda muito comprida, o qual apareceu de contínuo 8 ou 10 noites. (PEREIRA, 1999, p. 78)

Desta forma, temos algo inusitado. O missivista conhece todo caminho de volta, bem como tempo e distância que se deverá percorrer para cruzar o Cabo da Boa Esperança em direção à Índia.

1.4 A Carta do mestre João Faras

A narrativa da carta de mestre João Faras, um físico que embarcava na mesma navegação que Caminha, como espia do rei, que o mandou para vigiar seus próprios súditos é mais sintética, mas nem por isso menos reveladora.

Dentre essas revelações, temos a informação dos instrumentos, todos árabes, diga-se de passagem, que guiaram as navegações portuguesas até essa costa brasileira, entre eles cartas geográficas, com dados precisos, astrolábio, quadrante, necessários e imperiosos para que se pudesse navegar em mar aberto, além, claro, de um profundo conhecimento astronômico, especialmente a posição das estrelas guias:

“E isto é quanto a um dos pontos, pelo que saberá Vossa Alteza que todos os pilotos vão tanto adiante de mim, que Pero Escolar vai adiante 150 léguas, e outros mais, e outros menos, mas quem diz a verdade não se pode certificar até que em boa hora chegemos ao cabo de Boa Esperança e ali saberemos quem vai mais certo, se eles com a carta, ou eu com a carta e o astrolábio.” (PEREIRA, 1999, p. 68)

“Para o mar, melhor é dirigir-se pela altura do sol, que não por nenhuma estrela; e melhor com astrolábio, que não com quadrante nem com outro nenhum instrumento.” (PEREIRA, 1999, p. 70)

Nesse caminho de fazer conhecer os detalhes ocultos nas cartas anteriores, informa sobre a existência de um mapa-mundi, onde se vê cartografado toda essa região, bem como detalhes de sua geografia, incluindo aí minas de ouro, conforme podemos constatar ao lermos sua carta ao rei dom Manuel:

Quanto, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-múndi que tem Pero Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas aquele mapamúndi não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa dos antigos e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina.“ (PEREIRA, 1999, p. 68)

E assim encerra sua curtíssima, mas reveladora Carta ao rei, deixando para a posteridade, um documento valioso que, lido por sí só, já seria suficiente para termos superado esse ensino baseado na versão oficial, senão fantasiosa e mentirosa, do “Descobrimento do Brasil”.

1.5 As marcas textuais da fraude discursiva

Ao iniciarmos nossas análises às três cartas citadas acima, nos deparamos com três perspectivas diferentes, pois Caminha em sua carta de sete páginas, descreve um Brasil com toda a sua estética natural e a falsa ilusão de boa convivência com os indígenas.

Mas como podemos ver, os portugueses não chegaram por acaso no Brasil, pois tinham cartas, astrolábio e outros instrumentos que os guiavam, como exposto na carta de mestre João Faras, estes objetos de localização eram os mais tecnológicos da época. Além de que em nenhum momento na carta é relatado algum acontecimento grave que os perdessem das outras navegações, muito pelo contrário, Caminha cita que não havia tempo forte nem contrário para que isso acontecesse.

Com a chegada dos navegantes em terra firme, os originários assumiram posição de ataque e proteção constante em favor de seu povo e sua terra, e como dito por Caminha, os navegantes faziam de tudo para os “amansar” e ganhar sua confiança, para a partir daí, iniciarem planos futuros de conquista e exploração.

Um detalhe importante na narrativa portuguesa, é que sempre estavam impressionados com o corpo dos indígenas, e sempre, de forma excessiva expondo que suas partes íntimas não eram circuncisadas.

Mas porque isso era tão importante para eles? Qual seria a relevância deste fato? Justamente porque chegaram com intenção de investigar, se os povos já tinham tido contato com outros países, e especificamente com os árabes, que em sua cultura ao nascer uma criança do sexo masculino, são circuncisadas ou “fanadas”, termo usado insistentemente na carta.

Além de observarem as partes íntimas dos indígenas, eles também relatam os pães que eles comem, que são como o dos árabes, dando a entender que existia uma relação entre os nativos desta terra e gentes daqueles países.

Não bastasse todas essas pistas discursivas, encontradas nas três cartas, de que não houve nenhum incidente que os trouxeram até as terras brasileiras, por força de tempestades, temos a informação, nas três cartas que os marinheiros conheciam muito bem o caminho de volta, légua a légua, conforme podemos perceber dos escritos nas três missivas.

Ora, só se pode considerar perdido numa caminhada quem não sabe o caminho de volta, o que não foi o caso dos portugueses, que retornaram sem nenhum problema pelo cabo da Boa Esperança, com vistas de seguir para a Índia e se camuflarem de possíveis concorrentes, como os franceses e holandeses, que estiveram por essas terras com a intenção colonizadora, mas isso, até os dias de hoje, não se vê problematizado nos livros de história, distribuídos em escolas públicas, conforme podemos perceber no próximo capítulo.

CAPÍTULO II - O que dizem os livros de história do ensino fundamental e ensino médio

As universidades brasileiras foram criadas a partir de um tripé fundamental – ensino, pesquisa e extensão – indissociáveis, conforme preceitua o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Pensando neste tripé, é curioso notar o quanto, pelo menos, nesse aspecto de análise das cartas do “descobrimento”, as pesquisas referentes à vinda de outros povos, antes da invasão europeia, registrada sobre o nome de “Descobrimento do Brasil”, por Pedro Álvares Cabral não reverberaram em mudanças quanto ao ensino fundamental e médio.

Nas escolas, é perpetuamente ensinado que o Brasil foi um país que até antes da vinda dos colonizadores estava perdido ou não existia, excluindo totalmente a existência e a vida dos povos originários que aqui já habitavam, reproduzindo por tanto a história oficial escrita pelos invasores.

Ao analisarmos os livros didáticos do ensino fundamental, é possível notar uma recorrente reprodução, até os dias de hoje, da história produzida pelos europeus. Um dos casos exemplares é o livro produzido pelas professoras Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Cesar Pellegrini – componente curricular: história – e distribuído em todas as escolas públicas do Brasil e que, ao falar nesse momento da história do Brasil, reproduz a falácia de perda de rota previamente escolhida e planejada:

Com o sucesso de Vasco da Gama, os governantes portugueses enviaram uma nova expedição para buscar especiarias e estabelecer contatos comerciais com os índios, desta vez, composta por três embarcações, partiu de Portugal sobre o comando de Pedro Álvares Cabral. Antes de chegar ao seu destino, no entanto, a expedição afastou-se demais da costa africana e acabou chegando ao litoral do atual estado da Bahia, no Brasil, em 22 de abril de 1500. Os portugueses fizeram contato com os povos nativos e, depois, seguiram viagem rumo à Índia. (DIAS; GRINBERG & PELLEGRINI, 2022, pág. 128)

Como se vê na citação acima, os autores não discutem se esse fato do “acaso” da chegada de Pedro Álvares Cabral possui cunho de verdade histórica ou é apenas a versão de alguém interessado em reescrever os fatos que se passaram; ou seja, a chegada de Pedro Álvares Cabral não se deu por um acidente de percurso.

Eles também não discutem como a colonização foi agressiva com a terra e os nativos, mas prosseguem com a narrativa de que o país foi agraciado com a chegada europeia.

Quando se fala da chegada ao Brasil, também é usado o termo “acabou chegando” para dizer que foi um acontecimento do acaso, sem pretensão.

Ao finalizar o trecho, faz-se entender ainda que os portugueses só se comunicaram com os indígenas e foram embora, sem citar quaisquer outros acontecimentos que ocasionaram a perda da cultura, religião e principalmente da vida destes povos nativos.

Bastaria olhar para a própria narrativa da carta de Pedro Álvares Cabral e perceber que uma frota, que se diz perdida, passa dez dias ancorado em uma vasta extensão territorial, em um mundo totalmente desconhecido, consegue zarpar e encontrar o caminho de volta para Portugal?

Essa falta de diálogo histórico com essas narrativas, postas nesse livro, é um dado curioso e difícil de entender como pessoa formadas em centros universitários brasileiros, de reconhecida importância, continuam a reproduzir *ipsis litteris* uma versão que se contradiz em suas próprias narrativas.

Nessa mesma simetria, encontramos no livro didático *Historiar* (2018), a reprodução contada pelos invasores, senão, vejamos:

Em 1500, o governo português enviou uma esquadra à Índia com a intenção de estabelecer comércio com os povos do Oriente. Foram treze navios que partiram de Lisboa em 9 de março daquele ano, com destino a Calicute. Mais de mil tripulantes iam a bordo, entre eles navegadores experientes. O comando dessa esquadra foi entregue ao nobre português Pedro Álvares Cabral (1467-1520). No decorrer da viagem, os navios da esquadra de Cabral afastaram-se bastante da costa africana, indo em direção às terras americanas. As razões desse afastamento têm sido motivo de debate entre os historiadores: a mudança de rumo foi intencional ou ocorreu por acaso? Na tarde de 22 de abril de 1500, os marinheiros portugueses avistaram as terras do atual estado da Bahia, próximo a Porto Seguro. O lugar era habitado por indígenas e recebeu o nome de Vera Cruz. Porém, esse nome quase não foi usado. Durante anos, os europeus chamaram esse território de Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios ou Brasil.

O nome Brasil começou a ser usado nas primeiras décadas do século XVI. Esse nome foi associado à árvore pau-brasil, os comerciantes desse material foram chamados de brasileiros, mas essa expressão passou a designar, com o tempo, os colonos nascidos no Brasil. (COTRIM & RODRIGUES, 2018, pág. 81)

Apesar de lançar dúvidas sobre o acaso da chegada, os autores não desenvolvem e não apresentam nenhuma outra versão desses debates entre os historiadores acerca das verdadeiras intenções dessas incumbências reais, o que não deixa de ser uma espécie de reprodução da versão oficial. Esses dois livros retratados, distribuídos para os alunos das escolas públicas do Brasil, são uma amostra de que a verdadeira essência da universidade, fundamentada em seu

tripé fundamental – ensino, pesquisa e extensão – longe está de se transformar em matéria de conhecimentos para os alunos do ensino básico.

Não se consegue compreender também porque as cartas do Piloto Anônimo e do Mestre João Faras não constam nos capítulos referentes ao “Descobrimento do Brasil”, essa precarização ou distanciamento entre o que se pesquisa e o que se ensina, talvez possa explicar que, apesar de vários estudos em centros universitários, várias fartas provas documentais, o MEC, via PNLD - Programa Nacional do Livro Didático – continua a aceitar e a aprovar livros que recontam uma história mais próxima de uma farsa discursiva do que de fatos reais e concretos, contribuindo, desta maneira, para aumentar a espessura do véu histórico que se lançou sob o assunto.

Como resultado da reprodução desta farsa histórica, em volta da história do “descobrimento”, temos a falta de interesse dos jovens, a falta do despertar, para quererem investigar mais a fundo sobre o que poderia de fato ter acontecido nesta época, ou o porquê de as informações verdadeiras não estarem em livros de fácil acesso, por exemplo.

Os documentos que pertencem ao início da visibilidade histórica brasileira são carregados de informações que, por vezes, servem como um norteador educacional para as gerações que já se passaram e para as demais que estão por vir, se fossem explorados adequadamente nos livros escolhidos pelo governo, para tratar desse assunto específico.

É certo que os professores de história não fizeram análise do discurso, não estudaram as cartas como os estudantes de letras estudam, buscando compreender os fundamentos da cultura brasileira, por intermédio dos textos de fundação, entre eles a carta de Pero Vaz de Caminha, a Carta do Piloto Anônimo, a Carta do Mestre João Faras e os escritos dos primeiros colonos.

A base discursiva da ideia de uma nação e seus desdobramentos, a nosso ver, não seria um assunto somente para os alunos de letras, mas também para os professores de história, que jamais poderiam ler separadamente a Carta de Pero Vaz de Caminha dos outros textos de fundação, pois eles são complementares para entendermos que a história oficial do descobrimento não se sustentaria.

É preciso, portanto, que o MEC, em suas instâncias executoras, responsável pela distribuição de livros didáticos do país, revise imediatamente esta farsa grosseira, apresentada aos alunos como facto, pois, as novas pesquisas, especialmente as publicadas por Luisa Isabel Álvarez de Toledo, indicam a urgência na revisitação dos fatos, conforme podemos perceber no próximo capítulo.

CAPÍTULO III- O que dizem as novas pesquisas

Começamos esse terceiro capítulo com algumas questões provocativas. Porque os acontecimentos acerca da Descoberta das Américas, por Cristovam Colombo e Pedro Álvares Cabral não causou nenhum rebuliço na Europa e demais partes do mundo comercial, como o Norte da África e o Oriente Médio?

Se fossemos trabalhar apenas com suposições e elas não são desprovidas de logicidade, poderíamos afirmar que não havia surpresa em anunciar o fato por demais conhecido, já que as viagens marítimas eram bastante comuns, em qualquer parte do mundo, com exceção dos europeus, que foram os últimos a adquirir conhecimentos mínimos para empreenderem grandes navegações.

Não havia surpresa em anunciar algo que já havia sido conhecido em querela judicial, que resultou no Tratado de Tordesilhas, em 1494, entre Portugal e Espanha, que dividiram o mundo em duas partes, donde se chegou a um acordo, tutelado pelo papa Alexandre VI, definindo as áreas de pertencimento de cada país e isso só foi possível graças ao uso do mapas antigos, em circulação restrita na época, conforme pudemos entender da carta do mestre João Faras.

Outro fato curioso que descobrimos, aos nos dedicarmos a essa pesquisa acerca da narrativa oficial do descobrimento é que, ao contrário do que falam alguns pesquisadores, esse assunto já vem sendo tratado a mais de um século.

Uma das pioneiras na temática da travessia do atlântico foi a escritora Francisca de Bastos Cordeiro que, em seu livro “Brasilidades”, escrito em 1929, aborda um assunto por demais interessante e surreal, a vinda dos fenícios, séculos antes da nossa era cristã.

Apesar de basear seus pressupostos nos escritos da Pedra de Gávea, localizada no Rio de Janeiro e na Pedra de Ingá, município de Ingá, Estado da Paraíba, portanto um fato material, o desenvolvimento de sua tese caminha mais pelas lendas, mitos e elucubrações.

Mesmo assim, é possível notar que esse tema não foi tratado único e exclusivamente pela autora, há também relatos recorrentes das vindas dos fenícios em historiadores como Antonio Carlos de Souza Lima, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da tese *Os Árabes e Nós: a presença Árabe na Literatura Brasileira*, (2012), de autoria de Valter Luciano Gonçalves Villar, discorreram bastante sobre essa temática.

Como se observa, vira e mexe, o tema da vinda dos fenícios é matéria de observação de pesquisadores do Brasil e de outras partes do mundo, a exemplo de Luisa Isabel Álvarez de

Toledo, desta feita se referindo a uma narrativa semelhante, senão igual à história de Pedro Álvares Cabral, que é a chegada de Américo Vespúcio e Cristovão Colombo nas Américas do Norte e Central.

La cruz de Palenque pudo relacionarse con campo de cruces, que estaba en sus inmediaciones, interpretado como cementerio de cristianos perdidos. Pero las de metal, encontradas entre restos humanos, con ocasión de concienzuda destrucción de un templo, pudieran responder a la que aparece en el reverso de la moneda fenicia de Asido, referencia a la Cruz del Sur, sobre media luna creciente. Los componentes de tribu de Canadá, llevaba cruz al cuello. Y fueron llamados porta-cruces. (TOLEDO, 2000, p. 45)

Segundo a autora, os espanhóis, quando aqui chegaram, se depararam com inúmeros símbolos cristãos, o que nos remete a uma possível conjectura desses primeiros seguidores terem aportado nas Américas com uma assiduidade muito mais recorrente daquilo que podemos imaginar, daquilo que trata a historiografia contemporânea. Não apenas uma moeda fenícia como prova da realidade factual, mas temos também uma outra possível indicação desse trânsito fenício, que a autora classifica como uma relação comercial entre os dois lados do atlântico, senão vejamos suas afirmações:

El caso del pastel añil, es significativo. Nicolás Lemery, ilustre químico francés del siglo XVII, llama «inde» al índigo, adjudicándole por patria las Indias Occidentales, en especial «Gatimalo» o Guatemala. Comercializado por los fenicios, como la púrpura, lo menciona Vespucio en una de sus cartas, formando en la carga de navío, procedente de la India, que toco en Brasil. Sospechosos los textos de Américo, aún lo son más los de León el Africano. (TOLEDO, 2000, p. 71)

Essa constatação feita por Américo Vespúcio, encontrada em uma de suas cartas ao narrar o trânsito entre fenícios e nativos desta parte do novo mundo não é um fato isolado.

Luisa Isabel Álvarez de Toledo, uma das mais prestigiadas intelectuais da Europa, apesar de boicotada pelo sistema acadêmico oficial, tanto da Espanha, quanto da América espanhola, pois raros são os cursos de pós graduação da América espanhola que conhecem seus escritos, empreendeu uma extensa pesquisa em torno dos documentos oficiais, pertencentes a Cristóvão Colombo, bem como demais documentos oficiais da Coroa Espanhola, empreendeu uma vasta pesquisa demonstrando que o comércio entre partes da Europa, da África e do Oriente Médio já se havia consolidado a mais de trezentos anos da chegada e invasão de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral.

Ela parte de um raciocínio muito claro e lógico, só possível a aquelas mentes descolonizadas, que o privilégio da inteligência de navegar pelos mares não era um monopólio

de um só povo, sendo público e notório que os Árabes e os Chineses já tinham uma expertise em navegações a longa distância e os europeus só vieram a adquirir por volta do século XV, e que não há nenhuma lógica de falar, por exemplo, que os habitantes dessa terra não pudessem navegar para outras partes do Atlântico, ainda que em suas naus fossem rústicas para os padrões da época.

Uma das provas em que ela se baseia, são os relatos, tanto do governo espanhol, quanto dos escritos dos navegantes ao se depararem com os “nativos” da costa da América, onde hoje se localiza a Venezuela:

Según los conquistadores, había mejicanos blancos y americanos barbados. El sacerdote reconocido como superior, por los nueve caciques de Nicaragua y el caudillo de hueste de seguidores de Mahoma, con la que tropezó Juan Castellanos, en Venezuela, tenían barba, siendo evidente el apéndice piloso, en los relieves olmecas de Monte Alban y el friso de Labityeco[86]. Los naturales de Cernú, puerto de Tierra Firme, además de tener barba, despedían el «mal olor a monte», de los negros de Guinea, estando obligados a lavarse con frecuencia. (TOLEDO, 2000, p. 45)

Talvez por ser uma notícia corrente de que havia povos islâmicos aqui nas Américas que o escrivão da frota de Pedro Alvarez Cabral, Pero Vaz de Caminha, tinha tanta obsessão em confirmar ao rei dom Manuel que os nativos dessa parte da costa brasileira não eram circuncidados “Nenhum deles era fanados, mas assim como nós”, ou seja, não haviam adquirido costumes e hábitos árabes.

Em outro momento, ela afirma textualmente baseado em cartas escritas, postas na obra *No Fuimos Nosotros – Derrotero de Poiniente*, que o comércio entre o Marrocos e os moradores da costa da Venezuela estava consolidado há mais de 300 anos:

Existen documentos comerciales que acreditan la existencia de tratados comerciales entre el reino de Granada y América. Cuando el rey Felipe II intentó imponer impuestos a los pescadores de las costas de la actual Venezuela, estos pescadores, según los documentos encontrados, se negaron a pagar, afirmando que habían sido súbditos del sultán de Fez, de Marruecos, durante más de tres siglos. (TOLEDO, 1992, pág 11).

Um outro pesquisador que tem lançado diversas luzes acerca do assunto, é o Dr. Khalid Abualkhair, (2024) da Universidade de Madina, Arábia Saudita, que empreendeu várias pesquisas no mundo árabe, europeu e americano, acerca da vinda do Imperador do Mali, Abou Bakr II, precisamente em 1200, com cerca de 10 mil pessoas, às terras americanas, com o intuito de pregar o Alcorão e difundir a música, gênero a que muito apreciava.

Neste documentário é possível observar que há muitos relatos oficiais e provas contundentes, registros históricos de que a comitiva que aportou no novo mundo com o Imperador do Mali era composta de mais de 10.000 homens, fato que não passou despercebido pela historiadora Iris Kantor, da Universidade de São Paulo.

Iris Kantor observa que o padrão de vestimentas, hábitos, tipos étnicos descritos pelos invasores correspondem aos habitantes daquela região da África, também não passou despercebido para Luisa Isabel Álvarez de Toledo que Colombo encontrou na região de Honduras, comunidades africanas já a bastante tempo ali estabelecidas.

Como podemos observar, a pesquisa empreendida pela Luísa Isabel Alvares de Toledo está assentada em farta documentação, que pode ser encontrada tanto nos arquivos da Biblioteca Nacional da Espanha, quanto no arquivo particular da autora, conhecido como Marquesa de Sidonia, considerado o maior acervo privado da Europa. Conforme podemos ver na citação abaixo:

La investigación está apoyada en numerosos pasajes documentales que prueban la existencia de productos netamente americanos en los mercados peninsulares desde, al menos, el año 1200. ¿Quiénes eran aquellos comerciantes que cruzaban el Atlántico sin mayor problema? Tal vez los mismos que guiaron a Cristóbal Colón en sus viajes a «allen mar», pescadores y marineros de Palos y de otros puertos andaluces, navegantes de Portugal y del Magreb que conocían una «Guinea del Oro» que no estaba precisamente en África sino en los territorios del centro y sur de América.

(TOLEDO, 2000, p. 02)

É claro que essas investigações contrariam os interesses europeus, que sempre se colocaram como o “centro da Humanidade” e que sempre advogou a ideia de radiação de um mundo civilizado versus mundo selvagem, que sempre foi mestra nas fraudes discursivas, daí o desinteresse do mundo acadêmico espanhol e português e seus respectivos governos em permitir a publicação desses respectivos documentos, encontrados somente por força da intelectualidade da marquesa de Sidonia:

El archivo documental de los Duques de Medina Sidonia quizás sea el más importante de Europa en lo que se refiere a la documentación existente sobre las relaciones históricas entre España y el Magreb y sobre la presencia de los habitantes de la Península Ibérica en el continente americano anteriormente al «Descubrimiento». Basándose en esta documentación y en otros libros y documentos existentes en los diferentes archivos históricos del país, llega a reconstruir con un aroma de verosimilitud aquella narración que quiso ser velada, sorprendente en tanto que niega el sentido que se le ha venido suponiendo a la «gesta colombina» y afirma, por el contrario, la existencia de relaciones políticas y comerciales entre pueblos y culturas

distintas que habitaban ambas orillas del Océano, casi desde los primeros registros escritos que se conocen. África versus América, la fuerza del paradigma es, sobre todo, un libro de Historia, de esa Historia negada por los intereses de unos estados que se formaron a expensas de la realidad social, política y religiosa de los pueblos de la Península Ibérica. (TOLEDO, 2000, p. 06)

Então, este é o estado atual da questão, temos ilhas de conhecimento que já perceberam o embuste e comprovaram que a narrativa oficial se trata de uma fraude discursiva histórica, mas paradoxalmente não se vê uma difusão mais ampla dessas referidas pesquisas, com vistas a superarmos essa narrativa incompleta, equivocada e mentirosa até, chamada descobrimento do Brasil, e da América também.

Por fim, resta-nos o trabalho constante de divulgação com os nossos pares e alunos, para que os fatos de 1500 sejam revisitados e melhor compreendidos, seja sobre a perspectiva da história, ou da perspectiva da análise do discurso, ou da perspectiva estética, ou das perspectivas do fundamento da cultura brasileira assentada em três grandes troncos, europeu, tupi e africano.

CONCLUSÃO

Como podemos observar ao longo dos escritos postos anteriormente, uma simples análise discursiva que fizemos nas três cartas do “Descobrimento”, já foi possível problematizar esse pensamento eurocêntrico, enraizado entre nós.

Não apenas problematizar, mas também afirmar que a fraude histórica já estava posta nesses três documentos, o que gerou um abismo entre o conhecimento produzidos em algumas ilhas universitárias e o conteúdo reproduzido nos livros didáticos, graças, a nosso ver, a uma postura mental servil, antiacadêmica, enraizante e até difícil de se entender.

Nas cartas foi possível perceber que havia um planejamento estratégico de exploração e domínio dessas vastas terras americanas, onde se assenta o Brasil, pois não demais lembrar, a Carta do mestre João Faras assim adverte ao rei dom Manuel acerca das minas que aqui existem e que o próprio monarca já era sabedor, antes da empreitada ter “zarpado em direção às Índias.”

Essa abordagem temática, apesar de debatido em diversos lugares de mundo, por mais de um século, se torna atemporal quando colocado em centro de debate, pois podemos como nós brasileiros ainda nos vemos rodeados de tudo o que envolve o mundo europeu, sem conseguir olhar e apreciar nossas verdadeiras histórias, bem como raízes tradicionais.

Tudo neste solo ainda ressoa o eurocentrismo enraizado, quando colocamos o europeu português como protagonista da nossa história, por aceitamos suas narrativas coloniais, quando acreditamos que os europeus são os povos civilizados e os indígenas são os povos selvagens, por reverberarmos a história única gerada pela hegemonia deste continente, quando calamos as vozes de quem foi escravizado, marginalizado e dizimado.

E como podemos pensar em uma solução sem ligarmos o problema diretamente com a educação? Pois se até aqui nós fomos alienados pela fantasia do mundo europeu, porque assim nos ensinaram desde o ensino básico, que eles são os intelectuais, as pessoas de boa-fé, que vieram para nos salvar, como sairemos desse *status quo*.

Resta-nos, portanto, uma alternativa. Que a educação assuma este papel de ensinar de onde verdadeiramente viemos, de quem somos filhos e a liberdade que temos de ser e viver como quisermos, isso é importante para que cada vez mais possamos emanar nossa identidade brasileira, onde quer que estejamos, para que saibamos quais são as nossas raízes, o que nos levou até aqui, com os pés fincados na bruta realidade do que é ser filho de um país miscigenado e tudo isso começa com uma boa leitura das três “Cartas do Descobrimento”.

BIBLIOGRAFIA

ABUALKHAIR, Khalid. Disponível em: <<https://madinafilm.com/prof-dr-valter-luciano-goncalves-villar-a-certificate-of-thanks-and-compliment-for-filmwe-discovered-america-before-columbus/>> . Acesso em 06 dez. 2024.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**. 7ª ano/ .ed. – São Paulo: Saraiva, 2018;

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marcos César. **Jovem Sapiens História**: 7º ano/. ed. – São Paulo: Scipione, 2022.

PEREIRA, Paulo Roberto. **Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro. Lacerda Ed.,1999.

KANTOR, Iris. **Produzindo Fronteiras**: Entrecruzando Escalas, Povos e Impérios na América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

TOLEDO, Luisa Isabel Álvarez de. **África Versus América**. Espanha. Córdoba: Junta Islâmica, Centro Islâmico de Documentação e Publicações, 2000;

TOLEDO, Luisa Isabel Álvarez de. **No fuimos nosotros** (derrotero de Poniente): del tráfico transoceánico precolombino a la conquista y colonización de América. Espanha. Tribuna dos Alpes Marítimos, 1992.

VILLAR, Valter Luciano Gonçalves. **Os árabes e nós**: a presença árabe na literatura brasileira. Tese. (Doutorado em Letras), Universidade Federal da Paraíba, 2012.